

# UM GOVERNO QUE SANGRA DEPOIS DE “VIRAR DO AVESSO”

Tatiana Merlino  
Jornalista



*Nem mesmo a adesão à agenda neoliberal e ao “ajuste fiscal” preconizado por seus adversários — fixação de altos juros, cortes nos gastos sociais e outras medidas recessivas — livrou a presidenta Dilma Rousseff da crise econômica e das ameaças de destituição. Depois de estimular o golpismo nas jornadas de março de 2015, o oligopólio da mídia dividiu-se em agosto, quando o Grupo Globo passou a censurar o PSDB por insistir no impeachment. A esquerda lembra: o governo Dilma precisa assumir o programa que a elegeu*

A virada foi surpreendente. Eleita com um programa claramente de esquerda para os padrões brasileiros, centrado no crescimento econômico, na geração de empregos e nos gastos sociais, a presidenta Dilma Rousseff deu o dito por não dito e assumiu a agenda neoliberal. O roteiro é bastante conhecido, mas vale a pena recapitular, em rápidas pinceladas.

Tudo começou com a escolha de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda (lembrando-se que o primeiro a ser convidado por ela para o cargo foi Luiz Trabuco, presidente do Bradesco) e o pacote, anunciado já em 2014, de restrições ao seguro-desemprego, seguro-defeso, pensões e auxílios. Depois a ruralista Kátia Abreu seria convidada a assumir a pasta da Agricultura, sinalizando a clara opção pelo agronegócio. O Banco Central, a pretexto de combater a inflação, elevou a taxa Selic a 14% ao ano, catapultando os juros de todo o sistema financeiro e impondo forte retração na economia.

Depois veio novo pacote, tendo como eixo o corte de R\$ 60 bilhões no Orçamento, que implica reduzir em 30% os investimentos no programa Minha Casa, Minha Vida e congelar os salários do funcionalismo público federal. Vivendo sob uma crise política e econômica agravada no segundo semestre de 2015, com impacto negativo sobre a arrecadação provocado pelo próprio ajuste fiscal recessivo, Dilma anunciou que pretende recriar a CPMF pelo período de quatro anos e transformar o *déficit* de R\$ 30,5 bilhões nas contas públicas, em 2016, em um superávit de R\$ 60,4 bilhões.

Por fim, no início de outubro, buscando recompor sua base de



Genial charge de Laerte na Folha de S.Paulo critica editorial do próprio jornal

apoio no parlamento contra as ameaças de *impeachment*, Dilma realizou uma reforma ministerial que não apenas concedeu maior número de pastas ao PMDB — os deputados Marcelo Castro e Celso Pansera, ligados ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, passam a comandar Saúde e Ciência, Tecnologia e Inovação — como eliminou oito ministérios, a maioria deles ligados a temáticas populares, em nova agressão aos movimentos sociais neles representados.

“O atual caminho não passa de uma capitulação em câmera lenta”, define Valter Pomar, professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e ex-secretário de Relações Internacionais do PT, sobre o novo pacote de “ajuste fiscal” apresentado em 14 de setembro por Dilma. “A política de ajuste recessivo é um golpe contra a expressão majoritária do voto popular. Golpe que agride e desorienta nossas bases sociais e alimenta o golpismo de direita”, afirma Pomar, em artigo intitulado “Capitulação em câmera lenta”.

O anúncio presidencial, feito um dia depois da publicação de um editorial do jornal *Folha de S. Paulo* intitulado “Última Chance”, gerou manifestações de movimentos sociais e sindicatos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, externou um duro protesto: “Somos contra o ajuste fiscal e consideramos que o governo Dilma está implementando medidas de ajuste neoliberal, que ferem direitos dos trabalhadores e cortam investimentos sociais”.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, defensor declarado do mandato da presidente contra as reiteradas ameaças de *impeachment*, deplorou as novas medidas do governo: “É um pacote recessivo, que imputa a culpa da crise aos trabalhadores. Se a intenção do governo com o pacote era tentar aliviar a pressão da grande mídia, ela continua contrária ao pacote do mesmo jeito, chamando-o de ‘incipiente’. Ou seja, não dialoga nem com o empresariado, nem com os trabalhadores que são aqueles para quem o governo deveria governar”.



Venício Lima



Maria Inês Nassif

***Na opinião de Maringoni, o editorial da Folha de 13/9 (“Última Chance”) “vocaliza a vontade da Casa Grande”. Pomar, por sua vez, acredita que “mais do que chantagista”, esse editorial é golpista. “Ou seja, caso Dilma não aceite destruir os direitos sociais, eles a destruirão”***

Na visão de Pomar, a nova rodada de cortes confirma que a política de ajuste recessivo provocou mais desajuste fiscal, além de recessão e desemprego. “Precisamos implementar o programa que o povo escolheu em outubro de 2014. Esse é o caminho, também, para defender as liberdades democráticas e garantir o mandato da presidenta Dilma”, afirma o professor da UFABC.

“Medidas extremas precisam ser tomadas”, disse a *Folha de S. Paulo* no editorial publicado na capa do jornal. “Impõe-se que a presidente leve o quanto antes ao Congresso — e a que este abandone a provocação e a chantagem em prol da estabilidade econômica e social”. Defendeu, ainda, “cortes nos gastos”, os quais “terão que ser feitos como radicalidade sem precedentes, sob pena de que se tornem pesadelos ainda piores, como o fantasma da inflação descontrolada”. E segue: “Serão imensas, escusado dizer, as resistências da sociedade a iniciativas desse tipo. O país, contudo, não tem escolha. A presidente Dilma Rousseff tampouco: não lhe restará, caso se dobre sob o peso da crise, senão abandonar suas responsabilidades presidenciais e, eventualmente, o cargo”.

Na opinião de Gilberto Maringoni, também professor da UFABC e candidato a governador de São Paulo pelo PSOL nas eleições de 2014, o editorial da *Folha* “vocaliza a vontade da Casa Grande, os desígnios de quem sempre foi chamado de ‘senhor’”. A seu ver, o texto se aproveita de “uma presidenta e de um partido que se acovardaram

diante das classes dominantes” e que fazem o papel de feitor dos interesses de quem manda. “Como não tem escolha? Claro que tem escolha!”, afirma. “A escolha passa pela presidente abandonar a mediocridade, o compromisso com seus patrocinadores fiduciários e voltar a se conectar com quem a elegeu. Passa por abandonar a covardia e a vergonhosa moderação que adotou”.

Pomar, por sua vez, acredita que o editorial da *Folha*, “mais do que chantagista”, é golpista. “O título é muito claro: ‘última chance’. Ou seja, caso Dilma não aceite destruir os direitos sociais, eles destruirão Dilma”. Mas a presidenta tem outra opção, propõe: “Esta outra escolha é simples: cumprir o programa vencedor nas eleições de 2014. Resumidamente: reduzir a taxa de juros, alongar o pagamento da dívida pública, impor controle de câmbio, lançar mão das reservas internacionais, tributar as grandes fortunas e compreender que o caminho para superar a crise passa pelo crescimento e o crescimento exige ampliar — e não cortar — os investimentos públicos e sociais”.

Ao iniciar governando com o programa do adversário, avalia Pomar, “Dilma perdeu parte do apoio que a elegeu e não ganhou um traço de apoio dos inimigos. Resultado: optou por tornar-se um governo politicamente minoritário”. O mais grave, acredita, é que o governo não demonstra aprender com seus erros. “O ajuste não ajustou nada, desajustou. E desajustou principalmente o emprego e o crescimento. E os acenos à direita só fortalecem a direita”.

“Os grupos empresariais de mídia sempre estiveram envolvidos nas prin-

cipais crises políticas e sempre estiveram numa posição de articulação direta e de participação direta de movimentos contra a democracia”, afirma Venício Lima, professor titular da UnB

A movimentação pelo *impeachment* de Dilma Rousseff contou, desde o início, com a cobertura sistemática por parte do monopólio midiático brasileiro, que, por exemplo, destacou intensamente as manifestações ocorridas em março deste ano. A TV Globo chegou a deixar de transmitir duas telenovelas para priorizar a cobertura do ato nacional. A Globo News passou todo o dia 15 de março em cobertura ao vivo: os âncoras e repórteres defendiam as manifestações e anunciavam a chegada de “milhares de pessoas” à avenida Paulista, em São Paulo, em tom efusivo.

“Eu não vejo esse cenário com surpresa. Se olharmos para a história política do Brasil desde que existem os oligopólios de mídia, salvo raras exceções, os grupos empresariais de mídia sempre estiveram envolvidos nas principais crises políticas e sempre estiveram numa posição de articulação direta e de participação direta de movimentos contra a democracia”, afirma o jornalista e sociólogo Venício Lima, professor titular de Ciência Política e Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) e autor de vários livros sobre o tema, como *Mídia: Teoria e Política* (2001) e *Cultura do Silêncio e Democracia no Brasil* (2015).

Porém, a partir de agosto, os veículos de comunicação e setores do empresariado que estavam apostando no *impeachment* de Dilma mudaram de posição e passaram a defender um caminho mais *light*. As-

sim, as manifestações antiDilma que ocorreram em 16 de agosto foram mais esvaziadas que as de março. Dez dias antes, as federações das indústrias de São Paulo (Fiesp) e do Rio de Janeiro (Firjan) divulgaram uma nota conjunta de apoio à proposta de “união” apresentada no dia anterior pelo vice-presidente da República, Michel Temer, que fez um apelo para que “todos se dediquem a resolver os problemas do país”.

Na nota, assinada em nome da “indústria brasileira”, as federações afirmaram que a situação política e econômica do país é a “mais aguda dos últimos vinte anos”. “É hora de colocar de lado as ambições pessoais ou partidárias e mirar o interesse maior do Brasil”, diz o texto, que defende que o governo “faça sua parte cortando suas próprias despesas, priorizando o investimento produtivo; deixando de sacrificar a sociedade com aumentos de impostos”.

No dia 7 de setembro, o jornal *O Globo* publicou um editorial surpreendente, intitulado “Manipulação do Congresso ultrapassa limites”, no qual se posicionou contra o *impeachment* de Dilma, defendeu o esforço pela governabilidade da presidenta e criticou o PSDB, chamando-o de “inconsequente”. Um dia depois, o “Jornal Nacional” da TV Globo, telejornal de maior audiência do país, também se colocou contra o *impeachment* e chamou de irresponsáveis os que pretendem tirar Dilma da presidência.

Cinco dias depois, *O Globo* voltaria à carga, mas agora contra as pressões do PT para que Dilma cumpra o programa para o qual foi eleita. Intitulado “A opção suicida da ‘virada à esquerda’”, o editorial

principia alvejando Lula por suas declarações sobre a decisão da agência de classificação de riscos Standard & Poor’s de rebaixar o Brasil e contra cortes no Orçamento. (A “nota baixa” conferida pela Standard & Poor’s tornou-se, aliás, novo motivo de histeria da mídia, em especial do Grupo Globo, cujos comentaristas a interpretaram como uma espécie de “pá de cal” no governo.)

“Esta postura populista clássica [de Lula] não é surpresa, mas ganha importância por ser exposta num momento-chave de Dilma, em que ela, diante do rebaixamento do país na avaliação da agência internacional, precisa optar entre fazer um correto ajuste no Orçamento, pelo lado das despesas, ou enveredar pela aventura da ‘fuga para frente’. Quer dizer, assumir o discurso de que o verdadeiro problema não é cortar o Orçamento, mas gerar receitas tributárias por meio da retomada do crescimento”, diz *O Globo*.

“É um jogo de ‘quase lógica’, em que teses erradas são justificadas por jogo de palavras e contorcionismos de raciocínio. O grave é que, dentro do governo e no PT, há quem defenda esta ‘fuga’, numa volta de 180 graus na política econômica de Joaquim Levy”. Por fim, adverte o diário da família Marinho: “Como não existe mágica, a ‘virada à esquerda’ é a receita de uma hecatombe. Talvez sequer o governo Dilma resistisse a um Congresso pressionado pela disparada da inflação, fuga de capitais e aprofundamento da recessão. Tudo ao mesmo tempo e de maneira quase instantânea”.

Portanto, enquanto a *Folha de S. Paulo* concede ao governo a “última chance”, *O Globo* vaticina: se Dilma





Eduardo Cunha

recuar e quiser cumprir o programa aprovado por 54 milhões de brasileiros, levará o país a uma “hecatombe”.

***“Por falta de avaliação correta do governo, a crise tornou-se muito maior do que era. Dilma acreditou no movimento especulativo do mercado contra seu governo. Superestimou o problema e deu motivos para que profecias catastróficas se realizassem”, diz Maria Inês***

Dias depois dos recuos das entidades da indústria e do oligopólio da mídia, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), apresentou a chamada “Agenda Brasil”, conjunto de propostas para sair da crise e retomar o crescimento econômico. O documento envolveria uma troca: se

assumido pelo governo, o presidente do Senado bancaria a governabilidade no Congresso. Porém, a agenda, que se supõe tenha surgido de encontros entre Renan e a família Marinho (Grupo Globo), previa, inicialmente, cobrança dos usuários do Sistema Único de Saúde, privatizações, concessões, perda de direitos trabalhistas e previdenciários, redução das garantias territoriais dos povos indígenas. E recebeu forte repúdio dos movimentos sociais e partidos de esquerda. Ao que parece, a recomposição ministerial relegou a Agenda Brasil a segundo plano.

Na avaliação da jornalista Maria Inês Nassif, a mudança de tom do momento pode ser atribuída a uma pressão “de fora para dentro”. “O fato é que, por inabilidade de Dilma, falta de avaliação correta do governo e uma ofensiva irresponsável da oposição, a crise tornou-se muito maior do que era efetivamente para ser. Dilma tinha problemas a resolver, mas acreditou no movimento especulativo do mercado contra seu próprio governo. Superestimou o problema e deu motivos para que as profecias catastróficas sobre a eco-

nomia se realizassem”, define.

Além disso, pontua, o pacote fiscal que foi anunciado depois das eleições levou a um esvaziamento das bases sociais, as mesmas que foram responsáveis por definir a vitória de Dilma no segundo turno. Assim, acredita, “a presidente ficou sem defesas diante de um ataque especulativo do mercado, das oposições e da mídia; e desarmada diante da ofensiva do juiz Sérgio Moro contra a Petrobras”.

Desse modo, o ataque constante e reiterado da oposição, da mídia e da Justiça enfraqueceu tanto o governo quanto a economia, “inclusive porque esterilizou medidas para enfrentar o impacto econômico da Operação Lava-Jato, num momento em que a economia já se desaquecia, por razões externas e devido a decisões erradas do passado, como a retenção do preço interno do petróleo por muito tempo”, avalia Maria Inês.

A Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, escândalo sob forte holofote da mídia brasileira, pode ser considerada uma das principais causas da crise política pela qual passa o país. A jornalista a avalia como “assustadora”, em primeiro lugar porque um juiz federal de primeira instância abre mão de ritos processuais que garantem a defesa dos acusados. “É aplaudido por isso e não é contido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ou pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”. (Registre-se que as declarações de Maria Inês à *Revista Adusp* foram anteriores à decisão do STF de retirar da alçada do juiz Moro uma parte dos processos, causando enorme irritação de certos observadores midiáticos.) Em segundo lugar, porque “é óbvio que as prisões

dos implicados foram feitas como coação, para forçar a delação premiada”. Depois, porque é seletiva. E, por fim, por consolidar o “absurdo jurídico inventado pelo então ministro Joaquim Barbosa, no julgamento do mensalão: o domínio do fato”.

A soma de todas as ações jurídicas que se consolidam desde o julgamento da ação do denominado “mensalão”, resume Maria Inês, “dão poder desmesurado à Justiça, relativizam o direito de defesa do cidadão e colocam qualquer um em risco”, daqui para frente. “Existem outras formas, mais legítimas, de fazer uma investigação de corrupção e de combater esse mal com eficácia, mas garantindo os direitos de defesa dos acusados”.

Já na opinião de Maringoni, embora a Operação Lava-Jato não seja neutra, ela é extremamente positiva, já que é a primeira operação judicial de envergadura que vai atrás dos corruptores. “Nesse sentido, ela já seria positiva, pois está indo atrás da fração do capital, o topo de empresários mais ligados ao Estado, que são os empreiteiros. Gente que cresceu na Ditadura, nos governos Collor, Lula e FHC. Mas claro que ela é parcial. Os governistas ficam perguntando: ‘Por que não vão atrás do *SwissLeaks*?’ Mas não podem dizer que essa operação não pode acontecer porque está indo apenas em cima do PT. Não é verdade: está indo para cima do Renan, do Eduardo Cunha, do Fernando Collor e do próprio Aécio. Ela é extremamente positiva”.

A Lava-Jato seria uma das muitas materializações dos fenômenos da criminalização e da judicialização da política, acredita o petista Pomar. Ambos seriam decorrentes de uma



Augusto Nardes, do TCU

crise estrutural não resolvida que se arrasta desde os anos 1980. “Essa crise tem uma dimensão macroeconômica e tem uma dimensão política: a fórmula cristalizada na Constituição de 1988 é ‘populista’ demais, do ponto de vista das elites; e conservadora demais, do ponto de vista dos setores populares. Na ausência de solução para a crise estrutural, a crise política vira crônica e degenera na violência endêmica, na corrupção sistêmica, na desmoralização das instituições, e, na ausência do fator militar, na judicialização da política”, diz.

Maria Inês, que se notabilizou na crônica política, observa que a equação oposicionista, de derrubar o governo a qualquer preço, teve como efeito colateral (e paradoxal) a imposição de sérias restrições ao setor financeiro e produtivo, que viveram anos de bonança nos governos do PT. “As declarações dos empresários contra o *impeachment* foram seguidas de um influxo na própria posição da grande mídia e no enfraquecimento da ala golpista do PSDB”.

Ela acredita que até os dias de hoje a oposição brasileira não conseguiu se livrar do modelo udenista



Gilmar Mendes, do STF

de fazer política: “Radical, direitista e, sobretudo, golpista”. A seu ver, o discurso de defesa da renúncia se enquadra nesse padrão, “como antes se enquadrava o discurso do *impeachment*, que na prática se traduz numa recusa em aceitar o fato de que perdeu as eleições”.

---

***“Quando a gente fala em estelionato da Dilma, não é uma questão moral: é uma questão política séria, ela rompe com sua base. Isso é gravíssimo porque passa a ser um governo que não representa ninguém. Ela fica solta no ar”, avalia Maringoni***

---

A reorientação de uma parte dos setores que pediam o *impeachment* de Dilma para uma linha de “defesa das instituições” ocorreu quando a crise econômica do país se acentuou



Senador Aécio Neves

e tais grupos viram que o governo Dilma “faria qualquer negócio para se manter no poder, para chegar em 2018 nas condições que forem”, acredita Maringoni. Tais grupos mudam de posição “de acordo com seus interesses de classe e avaliaram que fica mais barato não acontecer o *impeachment*, do ponto de vista deles — e digo barato não só no preço, mas que vai causar menos turbulência institucional manter esse governo. Não é necessário um golpe, não é necessário um *impeachment*”.

O cálculo seria o seguinte: se iniciado um processo para impedir a presidenta Dilma Rousseff, o país ficaria parado por meses, com os negócios refluindo. “Então, melhor para eles é tocar esse governo até onde dá”. O professor acredita que o *impeachment* seria contraproducente para tais setores não só por conta da turbulência no país, mas porque “não interessa hoje ao PMDB, PSDB assumir um país que está com a economia entrando no seu segundo ano de recessão”, e sofrer desgaste por causa disso. “Para eles, é melhor que Dilma toque o país até 2018, que fique sangrando pela recessão, que pague

a fatura do desemprego, da queda de renda, da inadimplência. ‘A culpa é do PT, deixa a conta na mão deles’”.

Porém, avisa ele, essa não é uma rota tranquila, “porque Dilma não tem habilidade política nenhuma e acha que pode fazer acordo com a elite e governar como se nada tivesse acontecido”. Para chegar a 2018 no cargo, Dilma terá de fazer negociações quase diariamente, acredita Maringoni. O que ocorreu ao longo do último ano, das eleições até agora, foi uma mudança na representação política do PT no governo, avalia.

“Se em 2002 e mais acentuadamente em 2006 ele representava os interesses do capital financeiro ao garantir taxas de juros, superávit primário, numa etapa de expansão conseguiu garantir também uma parte do orçamento para o aumento do salário mínimo, aumentos reais no salário, a garantia de alguns programas sociais focados para garantir a expansão do crédito”. No entanto, quando a crise chega e “o cobertor fica mais curto”, esse excedente orçamentário se encolhe e o PT tem de fazer uma escolha, mostrando-se um partido do *status quo*, que não se propõe a fazer uma mudança social.

“A escolha é por garantir o que está aí, a rentabilidade do capital. Então a mudança que ocorre é a da representatividade do PT junto aos pobres, aos trabalhadores. Ela foi rompida. Quando a gente fala em estelionato da Dilma, não é uma questão moral: é uma questão política séria, ela rompe com sua base. Isso é gravíssimo porque passa a ser um governo que não representa ninguém. Ao romper com a base, com os de baixo, ela fica solta no ar”.

**“Nossa posição é que o PT diga ao governo para que mude, imediata, radical e globalmente a política econômica. E combata Cunha, Renan e Levy. Se não, o PT não recupera o apoio da velha classe trabalhadora e nunca vai conquistar o apoio da nova classe trabalhadora”**

A postura do Partido dos Trabalhadores diante da crise política do país também é criticada por militantes e representantes do partido, que veem como principal erro o distanciamento de suas origens. O V Congresso Nacional do PT, ocorrido em junho de 2015 na capital baiana, foi marcado por contradições. Embora uma expressiva minoria que reunia mais de 40% dos delegados, composta por várias correntes internas, propusesse uma resolução dura, que expressava forte crítica à política econômica do governo e propunha uma guinada à esquerda no partido, ao final do encontro foi vitoriosa a posição moderada do grupo de Lula, fazendo da “Carta de Salvador” um documento anódino. (O que não impediu Lula de, dias depois, fazer acusações ao partido e aos seus militantes.)

Dentro do PT há duas posturas, explica Valter Pomar. “Um setor que compartilha das mesmas ilusões de Dilma: que 2015 será como 2003; e

outro setor, do qual eu faço parte, que considera que essas ilusões equivalem a ‘suicidar’ o partido. Nossa posição é que o partido diga ao governo para que mude, imediata, radical e globalmente a política econômica. E que combata as agendas [Eduardo] Cunha, Renan e Levy. Se não fizermos isto, o PT não vai recuperar o apoio que perdeu na velha classe trabalhadora e nunca vai conquistar o apoio da nova classe trabalhadora”.

A postura do partido diante da situação é péssima, acredita a jornalista Maria Inês: “Ela reflete o PT como é hoje: ao longo de onze anos de governo, afastou-se das bases e consolidou uma burocracia que, se tem boas intenções, não consegue traduzir isso em defesa do governo, ou dele próprio”. Seu diagnóstico: se o partido não se abrir a quadros novos e não dialogar mais francamente com os movimentos populares, não irá reconquistar seu espaço.

De acordo com Maringoni, o PT ficou a reboque do governo. “Não é mais um partido que dirige o governo, que tem influência sobre ele. Claro que sabemos que poder de Estado, de governo, é muito maior que de partido — depende de nomeações, de ministérios. Mas essa subordinação está comprometendo um partido que tinha vitalidade, história junto aos movimentos sociais, e está levando-o a perder sua legitimidade e representatividade na sociedade brasileira”.

De qualquer modo, os setores petistas mais vinculados às bases sociais do partido continuam a mobilizar-se com vistas a enfrentar em melhores condições o desastre anunciado. Unificar a esquerda para

barrar o avanço conservador é uma preocupação prioritária. Assim, com a participação decisiva de dirigentes e militantes petistas, e decididos a “lutar contra o golpismo, representado pelos setores mais conservadores, e o sequestro da agenda governamental pelos interesses do capital financeiro”, movimentos sociais, sindicatos, partidos e personalidades lançaram no início de setembro, em Belo Horizonte, a Frente Brasil Popular. CUT, MST, UNE, PT, PCdoB, Consulta Popular e agrupamentos políticos menores, como PCO e Unidade Popular (ex-PCR), integram a frente de esquerda, que pretende, unitariamente, responder à ofensiva conservadora.

Por outro lado, a intelectualidade petista também dá sinais de insatisfação. A Fundação Perseu Abramo (FPA), após reunir o seu Conselho Curador, lançou em fins de setembro, com outras entidades, o documento “Por um Brasil Justo e Democrático”, segundo o qual “a lógica que preside a condução do ajuste é a defesa dos interesses dos grandes bancos e fundos de investimento”.

Fundação oficial do PT, a FPA é presidida pelo economista Márcio Pochmann, professor da Unicamp e ex-presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). O ajuste fiscal em curso, diz o documento da FPA, provocou recessão, deterioração das contas públicas e redução da capacidade de atuação do Estado em prol do desenvolvimento. “Mais grave é a regressão no emprego, salários, no poder aquisitivo das famílias, nas políticas sociais”.

A deterioração do ambiente econômico e social, adverte a FPA,

“enfraquece o governo democraticamente eleito e amplifica a crise política e as ações antidemocráticas e golpistas que estão em curso, seguindo o roteiro traçado nos antecedentes da campanha eleitoral de 2014 para desconstruir os méritos do governo e evitar sua vitória”. O documento representa, portanto, uma enérgica tomada de posição, que desmente aqueles que vaticinavam a derrocada do PT.

Não obstante os esforços do governo e das esquerdas, a máquina do *impeachment* avançava em outubro e novembro, parecendo ignorar a recomposição do ministério. O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou por unanimidade em 7 de outubro um relatório do ministro Augusto Nardes que rejeitou as contas de 2014 do Executivo, oferecendo um saboroso pretexto para os articuladores do impedimento de Dilma. Um dia antes, o cerco já se estreitara quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) formalizou decisão definida por maioria em agosto e acatou ação do PSDB contra a chapa Dilma-Temer, sob a alegação de abuso de poder econômico, e que teve como artífice e grande defensor naquela corte o ministro Gilmar Mendes.

Assim, caminha-se para um desfecho que pode lembrar a deposição “constitucional” dos presidentes de Honduras, José Manuel Zelaya (2009) e do Paraguai, Fernando Lugo (2012). Que os principais protagonistas da movimentação pró-*impeachment* sejam figuras como Nardes, Cunha (investigados por corrupção) ou o presidenciável Aécio Neves, alvo de processos e delações judiciais, diz bem sobre os interesses em jogo.